



# ESTADO DO PARÁ

## TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

---

### RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 16/2017/TCM-PA

**Ementa:** Dispõe sobre a Redistribuição (Distribuição Residual) de Processos aos Conselheiros Substitutos no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas; e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequar a regulamentação da redistribuição de processos aos Conselheiros Substitutos ao disposto no art. 19, II da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA);

**CONSIDERANDO** a inexistência de regras claras e uniformes que definam a forma de redistribuição de processos aos Conselheiros Substitutos;

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade de racionalizar e otimizar o tratamento dos processos a serem submetidos à apreciação do Pleno.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aos Conselheiros Substitutos poderão ser redistribuídos processos para relatar e apresentar proposta de decisão ao Tribunal Pleno, nos termos do art. 19, II da Lei Complementar nº 109/2016.

**Art. 2º.** Qualquer processo poderá ser objeto de redistribuição, a critério do Relator Originário que encaminhará à Secretaria-Geral relação discriminando a origem, exercício e matéria daqueles que assim desejar proceder.

**Art. 3º.** Os processos remetidos à Secretaria-Geral do Tribunal, devem ser distribuídos entre os Conselheiros Substitutos, mediante sorteio, de forma a garantir isonomia, tanto quantitativa, quanto no que diz respeito a natureza dos processos, assegurando assim distribuição equânime do volume de trabalho.

**Art. 4º.** O Relator Originário do processo será o primeiro a proferir voto na sessão, caso não esteja presente, segue-se a ordem de antiguidade no Tribunal.

**Art. 5º.** Fica assegurado aos Conselheiros Substitutos apoio dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal, em tudo o que se fizer necessário para o bom e regular desempenho das funções institucionais, inclusive o apoio técnico necessário para a instrução processual.



## **ESTADO DO PARÁ** **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

---

**Art. 6º.** O julgamento de processo redistribuído não torna prevento o juízo, permanecendo os demais processos conexos vinculados à relatoria original.

**Art. 7º.** Caso o Conselheiro Substituto se declare impedido ou suspeito de atuar em processo a si redistribuído, será efetuada nova redistribuição dentre os demais Conselheiros Substitutos, conforme o Artigo 3º.

**Art. 8º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 10.249/2011/TCM-PA.

Sala de Reunião da Presidência, 20 de março de 2017.

**Luiz Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro / Presidente

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**  
Conselheira / Vice-Presidente

**José Carlos Araújo**  
Conselheiro / Corregedor

**Aloísio Augusto Lopes Chaves**  
Conselheiro / Ouvidor

**Sebastião Cezar Leão Colares**  
Conselheiro

**Antonio José Guimarães**  
Conselheiro

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**  
Conselheiro

**\* Este texto não substitui o publicado no <http://www.tcm.pa.gov.br/> em 09/05/2016.**